

Edital nº 024/2017- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o **Curso de Formação Profissional de Auxiliar de Legista – 2017**, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Formação Profissional de Auxiliar de Legista – 2017**, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO**1.1 Das vagas para coordenador de turma:**

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	590	<ul style="list-style-type: none">• Ser Policial Civil, possuir curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e preferencialmente estar lotado no Campus de Ensino Recife - CERE.	02

1.2 Das vagas de instrutor titular:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Sistema de Segurança Pública	12	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de segurança pública, preferencialmente especialização.	2
Criminologia aplicada à segurança pública	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir especialização na área de direito ou segurança pública.	2
Direitos Humanos	18	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de bacharel em direito ou curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização na área.	2
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	10	Ser policial ou bombeiro militar, possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e preferencialmente curso específico na área da disciplina.	2
Educação Física	30	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	2
Língua e comunicação	8	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso na área de comunicação social ou área afim.	2
Telecomunicações	10	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso técnico em Telecomunicações ou curso específico na área com experiência na área da disciplina.	2
Tecnologias e Sistemas Informatizados	10	Ser policial ou bombeiro militar com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	2

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	30	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	2
Uso Diferenciado da Força	10	Ser policial ou bombeiro militar com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso específico na área da disciplina.	2
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	2
Armamento, Munição e Tiro	60	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	2
Fundamentos da Traumatologia Forense	30	Médico Legista, no mínimo 03 anos de experiência na área de Clínica Médico-Legal.	2
Fotografia Forense	20	Policial Civil, com curso de aperfeiçoamento em fotografia e experiência em ensino teórico e prático em Fotografia Forense.	2
Fundamentos da Anatomia Patológica	30	Médico Legista ou Especialização em Histopatologia ou experiência em Anatomia Patológica.	2
Fundamentos de Criminalística	20	Perito Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal.	2
Fundamentos da Genética Forense	20	Perito Criminal com especialização em Genética Forense, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Genética Forense	2
Fundamentos de Medicina Legal Forense	36	Médico Legista ou no mínimo 03 anos de experiência em Medicina Legal.	2
Fundamentos de Sexologia Forense	30	Médico Legista, no mínimo 03 anos de experiência na área de Sexologia Forense.	2
Fundamentos de Tanatologia Forense	40	Médico Legista com experiência em Tanatologia Forense.	2
Fundamentos da Biologia, Química e Toxicologia Aplicada a Laboratório Forense	20	Perito Criminal, graduado em Farmácia ou Química, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Biologia, Química e Toxicologia Forense.	2
Técnicas de Necropsia	40	Médico Legista, no mínimo 03 anos de experiência em Necropsias Forense.	2
Gestão da Qualidade e Cadeia de Custódia	14	Perito Criminal, com especialização em Perícia Criminal, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal, curso de Cadeia de Custódia e Gestão da Qualidade, e atuação relacionada com estas áreas.	2
Pacto pela Vida e Gestão por Resultados	8	Ser Gestor Governamental de Planejamento, Orçamento e Gestão com experiência na área de gestão por resultados.	2
Prática Forense	54	Médico Legista, no mínimo 03 de experiência na área de Tanatologia (Práticas Forenses).	2

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS**1.3 Das vagas de instrutor Secundário:**

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Educação Física	28	Ser policial ou bombeiro militar e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	2
Tecnologias e Sistemas Informatizados	10	Ser policial ou bombeiro militar com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	4
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	28	Ser policial civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	4
Defesa Pessoal Policial	20	Ser policial ou bombeiro militar, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	2
Armamento, Munição e Tiro	56	Possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	6
Fundamentos da Traumatologia Forense	30	Auxiliar de Legista, no mínimo 03 anos de experiência na área.	6
Fotografia Forense	20	Policial Civil, com curso de aperfeiçoamento em fotografia e experiência em ensino teórico e prático em Fotografia Forense.	6
Fundamentos da Anatomia Patológica	30	Auxiliar de Legista, no mínimo 03 anos de experiência na área.	6
Fundamentos da Genética Forense	20	Perito Criminal com especialização em Genética Forense, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Genética Forense	6
Fundamentos de Medicina Legal Forense	36	Auxiliar de Legista, no mínimo 03 anos de experiência na área.	6
Fundamentos de Sexologia Forense	30	Auxiliar de Legista, no mínimo 03 anos de experiência na área.	6
Fundamentos de Tanatologia Forense	40	Auxiliar de Legista, no mínimo 03 anos de experiência no Auxílio ao Médico Legista na Técnica de Necrópsia.	6
Fundamentos da Biologia, Química e Toxicologia Aplicados a Laboratório Forense	20	Perito Criminal com especialização em Genética Forense, no mínimo 03 anos de experiência na realização de Perícia Criminal em Genética Forense	6
Técnica de Necrópsia	40	Auxiliar de Legista, no mínimo 03 anos de experiência no Auxílio ao Médico Legista na Técnica de Necrópsia.	6
Prática Forense	54	Auxiliar de Legista, no mínimo 03 anos de experiência no Auxílio ao Médico Legista na Técnica de Necrópsia.	6

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO**2.1. Condições Gerais**

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 12 (doze) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário 024/2017 - ACIDES**, disponível no site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br e vão até o dia **27/08/2017**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilite(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
DELEGADA	191763-3	SYLVANA TEIXEIRA LELLIS	CERE
COMISSÁRIO PC	208.528-3	ANTONIO FLAVIO PASTICK ROLIM	CERE
CAP PM	960015-9	ALEXANDRE JOSÉ GOMES ALVES DE OLIVEIRA	GICAP/SDS
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de rechamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem: 1) maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção; 2) maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida, 3) maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção 4) maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuírem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino.

4.15. O instrutor Conteudista que se candidatar a vaga de instrutor titular ou instrutor secundário, caso não entregue o material didático (pladis, apostila, slide e questões de prova) na data estipulada pela Direção do Campus de Ensino Recife, será automaticamente excluído do certame.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail **uafgicap@gmail.com** e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, **www.acides.pe.gov.br**, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife, PE em 21 de agosto de 2017

ANTÔNIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS**Anexo I****Cronograma do Processo de Seleção**

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, confirmação recadastramento e da existência de currículo do candidato na Plataforma Lattes e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	ATÉ 01/09/2017	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Declaração de Autorização da Chefia Imediata no encontro Pedagógico.	A DEFINIR	CERE
4	Encontro pedagógico	A DEFINIR	CERE
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A DEFINIR	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Anexo II

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

DECLARAÇÃO

Eu, (Chefe imediato da atual lotação ou de Unidade anterior) _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem _____, atualmente exercendo a função de _____, declaro para os devidos fins de **comprovação de conhecimento prático**, consoante o Parágrafo 3º do Artigo 18º do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 que o(a) servidor(a), _____, matrícula nº _____, Órgão de Origem, _____, lotado no(a), _____, **possui conhecimento prático sobre: (nome da disciplina)** _____, por ter desempenhado, por mais de 12 meses, atividades relativas ao tema no período de ___/___/___ a ___/___/___, no(a) (lotação atual ou Unidade anterior) _____. Atesto, por tanto, sua capacidade prática na abordagem do referido tema.

Recife, PE, em ___ de _____ de _____

Assinatura e carimbo da chefia imediata

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Anexo III

SECRETARIA
DEFESA SOCIAL



Academia Integrada de Defesa Social

Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Parecer CEE/PE nº 33/2008-CES, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, homologado pela Portaria SE nº 3571, de 12/05/2008, publicada no DOE de 13/5/2008
CNPJ : 02.960.040/0002-91

ACIDES-PE

Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, _____, Matrícula nº _____, CPF. _____
solicito autorização para ministrar aulas na disciplina, _____ do o **Curso de Formação Profissional de Auxiliar de Legista – 2017**, no período de ___/___/ a ___/___/2017 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16 e o Decreto Nº 44.089, de 6 de Fevereiro De 2017).

Recife, ___/___/_____.

[Assinatura]

De acordo,

Em, ___/___/_____.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Anexo IV

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 01 SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA Carga Horária: 12 horas

EMENTA: A constituição da organização policial no Brasil. O sistema brasileiro de policiamento. Gerenciamento organizacional, modernização e controle das polícias. Sistemas de organização e gestão estratégica da ação policial e tecnologias com foco no controle da violência e da criminalidade. Controle social democrático das políticas públicas de segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A segurança pública na Constituição da República;
2. A estrutura do sistema brasileiro de policiamento;
3. As competências e as funções das organizações policiais brasileiras;
4. Polícia e controle social em um sistema democrático;
5. Planejamento como ferramenta de gestão;
6. O uso da informação para a tomada de decisão;
7. Modelos de controle das organizações policiais;
8. A gestão de pessoas nas polícias;
9. Pacto pela Vida – Política Pública de Segurança de Pernambuco – Estudo de caso;
10. Modelo de gestão implementado nas instituições de Segurança Pública de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ALVARENGA NETO, Rivadavia C. Drummond de. *Gestão do Conhecimento no contexto de organizações atuantes no Brasil: uma mudança em direção ao conceito de "Gestão de Contextos Capacitantes"*. Caderno de Idéias, Ano 7, n.17, Novembro de 2007, Fundação Dom Cabral, Outubro de 2007.
- BALESTRERI, Ricardo. *Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais*. 2006. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/sites/100/164/qualificaroprocessoquequalificandoapessoa.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2007.
- BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo; PACHECO, Fernando Flávio; TERRA, José Cláudio Cyrineu. *Gestão do Conhecimento na Administração Pública*. Ipea: Brasília, 2005.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves. *Informação e desempenho policial. Teoria e sociedade*, Belo Horizonte, v.7, 2001. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/infopol.pdf>>
- _____. *Reinventar a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. Informativo CRISP*, Belo Horizonte, v.2, 2002. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/INFO2.pdf>>
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves; SOUZA, Robson Sávio Reis. *Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte*. In: *Segurança cidadã e polícia na democracia*. Rio de Janeiro: Cadernos de Adenauer IV, n.3, 2003.
- BLAZECK, Luiz Mauricio Souza. *A gestão da segurança pública e seus paradigmas*. São Paulo: UNISO, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Pinto, Antonio Luiz de Toledo; Windt, Márcia Cristina Vaz dos e Céspedes, Livia. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nos. 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.*
- CHOO, C. W. *A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- DURANTE, Marcelo Ottoni. *Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública*. Secretaria de Segurança Pública: Brasília, 2010.
- DURANTE, Marcelo Ottoni; SANDES, Wilquerson Felizardo. *Avanços na democracia brasileira: a participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Segurança Pública*. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, 2009.

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula M. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, n.50, p.45-123, 2.º semestre de 2000.

LEMGRUBER, Julita (org.) *Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PINHEIRO, Paulo S. *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.9, n.1, p.43-52, maio 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REED, Michael. *Teoria Organizacional: um campo historicamente contestado*. In: CLEGG, S. HARDY, Cynthia and NORD, W. (Org.); CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISCHER, Tânia (Org. versão brasileira) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

SAPORI, Luís Flávio. *A administração da justiça criminal numa área metropolitana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 10, n.29, p.143-157, out. 1995.

_____. *A inserção da polícia na Justiça Criminal Brasileira: os percalços de um sistema frouxamente articulado*. In: MARIANO, Benedito Domingos, FREITAS, Isabel (Org.). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: Corag, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2004.

VEIGA, Bianca Melânia Castro. *O conhecimento dói*. Revista Brasileira de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2007

ZALUAR, Alba, LEAL, Maria C. *Violência extra e intramuros*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.16, n.45, 2001.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegada	196682-0	Marta Suelene da Silva
Delegada	196740-1	Dilma Tenório Araújo

DISCIPLINA 02
CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Escola clássica e ideia do crime; Conceito bioantropológico do criminoso; Teoria da desorganização social; Teoria do aprendizado social. Teoria da escolha racional; Teoria do controle social; Teoria do auto controle; Teoria da anomia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Escola clássica e ideia do crime;
2. Conceito bioantropológico do criminoso;
3. Teoria da desorganização social;
4. Teoria do aprendizado social;
5. Teoria da escolha racional;
6. Teoria do controle social;
7. Teoria do auto controle;
8. Teoria da anomia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BARATTA, Alessandro. (1997), *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro, Revan.

BECCARIA, C. (1998), *Dos delitos e das penas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DIAS, J.F. & ANDRADE, M.C. (1984), *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra, Coimbra Editora.

FOUCAULT, M. (1999), *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis, Editora Vozes.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. (2004), *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 5ª Edição rev. e atual. São Paulo, Revista dos Tribunais.

MOLINA, Antonio García-Pablo et al. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	272550-9	Izaias Antonio Novaes Gonçalves
Delegado	196677-4	Joel Venâncio da Silva Junior

DISCIPLINA 03
DIREITOS HUMANOS
Carga Horária: 18 horas

EMENTA: Teoria Geral e História dos Direitos Humanos. Constitucionalismo e Direitos Humanos. Perspectivas Críticas dos Direitos Humanos. Segurança e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direitos Humanos como fenômeno histórico-cultural não “natural”. Contextualização Histórica, Filosófica e Cultural. Conceituação dos Direitos Humanos. Fundamentação: o porquê dos Direitos Humanos. Principais Características dos Direitos Humanos. Classificação dos Direitos Humanos. Caracterização Funcional do conceito de Direitos Humanos ou seu “núcleo de certeza”;
2. Constitucionalismo Clássico: como promover *justiça* sem o Estado? Constitucionalismo Sócio-Econômico: como *jurisdicizar* Estado social? Direitos *versus* Garantias. Direitos Fundamentais - Direitos e Garantias - como Princípios Constitucionais.
3. Direitos em espécie. Garantias. Marx – a crítica materialista e o direito como instrumento de emancipação do homem. Burke – os argumentos contrarrevolucionários e conservadores de um reformista. Bentham – um utilitarista crítico do jusnaturalismo;
4. Segurança (sentido lato). O Conceito de Segurança (lato senso) e a Política. Segurança Nacional ou Segurança do Estado;
5. Polícia e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BONAVIDES, Paulo, *Curso de Direito Constitucional*, Malheiros Editores, 2008.
HUNT, Lynn, *A invenção dos direitos humanos*, Companhia das Letras, 2009.
MIRANDA, Roberto Wanderley de, *Os direitos humanos como espécie de verdade moral*, Revista de Direito, Ascis, 2004
RODRÍGUEZ-TOUBES, Joaquim, *La razón de los derechos*, Tecnos, 1995.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	191787-0	Roberto Wanderley de Miranda

DISCIPLINA 04
GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES E DESASTRES
Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento do sistema integrado de resposta às crises e desastres, permeados pelo Decreto Estadual nº 33.782/10. Conhecimento das características e exemplos de crises policiais como também as alternativas táticas de resposta; Conhecimento das medidas preliminares para atendimento deste tipo de ocorrências assim como as nuances do gerenciamento de crises.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Crises: exemplos e características;
2. Gerenciamento de crise: conceito e objetivos;
3. Fases das crises;
4. Medidas Preliminares de resposta;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

5. Alternativas táticas;
6. Decreto Estadual nº 33.782/10;
7. Noções de negociação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Manual de Gerenciamento de Crises da secretaria Nacional de Segurança Pública;
 BERQUÓ, Alberto. O Sequestro dia a dia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
 BORGES, Gerson. Sequestros, a liberdade tem preço: um programa de segurança para você e sua família. Rio de Janeiro: Quartet, 1997.
 BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. Sequestro... Como Se Defender: planejamento de segurança pessoal, noções antissequestro. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
 DECRETO Estadual nº 33.782/09 que Cria o Gabinete de Gerenciamento de Crise em Pernambuco.
 DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Gerenciamento de Crises em Segurança. São Paulo: Sicurezza, 2000.
 _____, Wanderley Mascarenhas. Radiografia do Sequestro. São Paulo: Ícone, 1993.
 LANCELEY, Frederick J. On-Scene Guide for Crisis Negotiators. 2 ed. Boca Raton: CRC Press, 2003.
 MANFREDINI, Noely. RECALCATTI, Rubens. Sequestros: Modus Operandi e Estudos de Casos. Blumenau: Nova Letra, 2008.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
MAJ PMPE	950712-4	Ivanildo Cesar Torres de Medeiros

DISCIPLINA 05
EDUCAÇÃO FÍSICA
 Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Abordagens teóricas da importância da prática regular de exercícios físicos; Apresentação de noções de conceitos de fisiologia e anatomia; Desenvolvimento das valências físicas; Conhecimento das técnicas necessárias ao treinamento e aprimoramento do condicionamento físico; Conscientização da mudança do comportamento sedentário para um comportamento ativo em relação aos exercícios físicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Anamnese;
2. Noções de técnicas de Avaliação Física;
3. Apresentação prática do Protocolo do TAF;
4. TAF;
5. Atividades Lúdicas;
6. Valência Físicas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DANTAS, E.H.M. A prática da preparação física. 6ª ed. - Vila Mariana, SP : Roca, 2014;
 MONTEIRO, G. A. e EVANGELISTA, A. L. Treinamento Funcional. Uma abordagem prática. Phorte Editora, SP, 2010;
 NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 3ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Comissário	221472-5	Kleber Vieira da Cunha
Agente	350834-0	Wagner Virgínio da Silva

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 06 LÍNGUA E COMUNICAÇÃO Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Reflexão sobre as possibilidades de uso da língua, a fim de se comunicar o necessário, com alguns tipos e gêneros textuais/discursivos nos quais se revela. Prioridade em temáticas como aspectos da leitura, da interpretação textual e da produção de textos orais e escritos; Caráter sociocultural da língua, sempre fundada em normas socialmente instituídas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Comunicação humana: história e importância;
2. Linguagem;
3. Funções da linguagem.
4. Linguagem oral;
5. Linguagem escrita;
6. Leitura;
7. Discurso: constituição e características;
8. Discurso direto e seu efeito na comunicação;
9. Discurso indireto e seu efeito na comunicação;
10. Procedimentos sintáticos para a transformação do discurso direto em indireto e vice-versa;
11. O que é um texto?
12. Tipos textuais;
13. Qualidades e defeitos de um texto, considerando sua intencionalidade;
14. Gêneros textuais, com ênfase nos do âmbito operacional policial/jurídico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. Tradução de DIONÍSIO, A. P. HOFFNAGEL, J. C. (orgs). São Paulo, Cortez, 2009.

CAVALCANTE, Mônica M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.

DIJK, Teun A. Van. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto. Tradução de Rodolfo Ilari, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. Argumentação e linguagem. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, L.A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Agente	272864-8	Erivaldo José Silva
Delegado	199045-4	Ildefonso Antonio Gouveia Cavalcanti

DISCIPLINA 07 TELECOMUNICAÇÕES Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimentos teóricos e técnicos básicos necessários à viabilização da comunicação aplicada à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução e importância da comunicação para humanidade;
2. Histórico das telecomunicações;
3. Teoria das telecomunicações;
4. O processo de comunicação;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

5. O significado do termo telecomunicações;
6. Tipos de sinais na comunicação;
7. Introdução e importância da comunicação;
8. Elementos de um Sistema de Comunicação;
9. Sistema de Comunicação por Sinais Elétricos;
10. Tipos de Transmissão;
11. Canal de Radiofrequência;
12. Antenas/ondas/frequência (UHF e VHF);
13. Frequência;
14. Faixas de frequências utilizadas;
15. Classificação das Ondas de rádio;
16. Sistema CIODS da Capital e RMR e os Postos de Comando - "PC", no Interior do Estado;
17. Sistema de vídeo monitoramento e rastreamento de pessoas;
18. Mensagens;
19. Equipamentos de radiocomunicação;
20. Das Inspeções nas Estações de rádio;
21. Lei Geral das Telecomunicações e Normas constitucionais e penais que a envolve; Taxa de FISTEL e taxa de uso de frequência;
22. Sistema de comunicação telefônico; via rádio (analógico e digital);
23. Código "Q" internacional; Alfanumérico; e Informações sobre DATA/HORA.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LATHI B., P., Sistemas de Comunicação. Rio de Janeiro: Guanabara Dois: 1979.
CARLSON A., B., Sistemas de Comunicação. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: 1981.
DERFLER, Jr, J., F., Freed L., Tudo sobre cabeamentos de redes. Rio de Janeiro: Campus, 1994. ALENCAR M., S., Curso de Telefonia. Apostila, DEE - UFPb, Campina Grande: 1997.
FONSECA J., N., Telecomunicações I. Apostila, COELT - ETFSe, Aracaju: 1997.
Leis das Telecomunicações nº 9.472, Lei nº 9.295, Lei nº 4.177, Decreto-Lei 236;
Lei da Interceptação Telefônica nº 9.296;
Decreto-Lei nº 89.056 sobre alarme bancário;
COELHO, Patrícia Pinto, Telefonia Móvel Celular, Inatel, Santa Rita do Sapucaí-MG, 1995.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Capitão PM	930052-0	Fabio Reis dos Santos
Sargento PM	930439-8	José Fernando da Silva Filho

DISCIPLINA 08 TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Conhecimento na utilização dos diversos módulos de pesquisa do Sistema Infoseg. Emprego dos Sistemas contidos no Portal Web e no Portal de Sistemas nos diversos tipos de pesquisa. Habilitação do policial na utilização da Delegacia Interativa e Siap-Crime. Aplicação dos sistemas informatizados de defesa social nos diversos tipos de investigação. Reconhecimento da legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social no âmbito da Polícia Civil de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de mandados de prisão, indivíduos, condutores e veículos;
3. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de Armas, Receita e Administração;
4. Portal Web: Solicitações de Antecedentes Criminais Online, Sistema de Relatórios Carcerários e Sistema de Cadastro Civil;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

5. Portal Web: Sistema de Consulta a Roubo e Furtos de Veículos, Sistema de Consulta de Mandados de Prisão e Sistemas de Consultas Integradas;
6. Portal de Sistemas: Sistema de Registro de Queixas de Roubos e Furtos de Veículos;
7. Siap-Crime;
8. Delegacia Interativa;
9. Legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

www.infoseg.gov.br

https://servicos.sds.pe.gov.br/portalsds/

www.policiaivil.pe.gov.br

https://www.tjpe.jus.br/siapcrime/xhtml/login.xhtml

http://servicos.sds.pe.gov.br/delegacia/

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. (2003), Manual dos Sistemas de Defesa Social. Projeto CIODS/2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2000), Manual do Infoseg. Procergs.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Comissário	208620-4	Márcio Roberto Cavalcanti da Silva

DISCIPLINA 09**ABORDAGEM POLICIAL NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Técnicas necessárias à correta aplicação dos procedimentos de abordagem, em consonância com o ordenamento jurídico nacional e as normas internacionais de direitos humanos e atuação dentro dos padrões éticos necessários à atuação policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos e princípios da abordagem;
2. Empunhadura; Posição Sul; Tipos de saque; Controle do Cano;
3. Técnicas com algemas: Em pé, com e sem anteparo, de joelhos e deitado; Aula prática de Abordagem a pessoa;
4. Abordagem a veículos (carro/moto);
5. Abordagem a edificações;
6. Abordagem a edificações (transposição de obstáculos e entradas táticas).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis, Ed. Insular, 2005.

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia. Brasília, Consulex, 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco - Lei Nº 6123 de 20/07/1968.

FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. Técnicas Policiais - Uma questão de Segurança. Porto Alegre, Santa Rita, 2002.

LEDUR, Nilton Henrique Monteiro. Violência nas abordagens policiais. Porto Alegre, Revista Unidade, nº 41, Jan/Mar, 2000.

LIMA, João Cavalim de. Atividade policial e o confronto armado. Curitiba, Juruá, 2005.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. O Novo Código de Processo Penal. Coimbra, Almedina, 1988.

FORTE, Edmilson. Policiamento Preventivo: indivíduo suspeito, busca pessoal, detenção para averiguação, identificação de pessoas. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar. Monografia do CAO-I, São Paulo, 1998.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal-Comentado. Ed. Saraiva, 2010.

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

<http://www.youtube.com/watch?v=xEkCi2wRbk4&feature=related>

www.ctte.com.br/ctte/?alvo=prog&proj=002

<http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1622625-abordagem-policial-pessoas/>

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9491>

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Comissário	152047-4	José Carlos de Almeida Lima

DISCIPLINA 10 USO DIFERENCIADO DA FORÇA

Carga Horária: 10 horas

EMENTA: Suporte e embasamento teórico e prático aos profissionais da área de segurança pública, quanto à observância dos princípios técnicos e éticos adequados ao atendimento de ocorrência em que há a necessidade da aplicação do uso diferenciado da força (uso progressivo da força). Avaliação da adequabilidade, necessidade e proporcionalidade do uso da força, para a formação de um juízo crítico, com o objetivo da investigação em sede de inquérito policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Excludentes de criminalidade;
3. Desacato;
4. Tortura;
5. Excessos;
6. Uso da força: Conceitos e definições;
7. Uso da Força e a Polícia na atualidade;
8. Aspectos legais e éticos do uso da força;
9. Legislação Internacional, nacional e estadual aplicáveis ao uso da força;
10. Princípios básicos do Uso da Força e Arma de fogo;
11. Domínio do processo de tomada de decisão;
12. Princípios do UPF;
13. Prioridade ou foco na atuação e emprego do uso da força;
14. Fundamentos teóricos do uso da força pelos profissionais de segurança;
15. Propostas de Modelos de Uso Progressivo da força;
16. Procedimento operacional padrão;
17. Análise comparativas dos Modelos do uso da força;
18. Formação de Juízo Crítico sobre Uso da Força;
19. Elementos do uso da força;
20. Armas e equipamentos;
21. Tática de defesa;
22. Restrições;
23. Movimento e voz;
24. Formas de emprego de materiais e equipamentos não letais;
25. Técnica, tecnologias, armas, munições e equipamentos não letais);
26. Classificação dos Equipamentos; armas, munições e agentes não letais;
27. Tipos, composição, emprego, manuseio e segurança na utilização;
28. Emprego tático dos equipamentos e tecnologias não-letais;
29. Identificação das principais tecnologias não letais, EPI, EPC com a realização de oficinas simuladas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, Alexandre Flecha & CAMPOS, Colemar Elias. Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações. Ed. Independente, Goiania, 1989;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

GIRALDI, Nilson. IPSC X Pista Policial. ed. PMESP. São Paulo. 1996;
GOIAS. PMGO. Procedimento Operacional Padrão - POP. 2003;
MATHIAS, José J. D'Andrea & BARROS, Saulo C. Rego. Manual Básico de Armas de Defesa. ed. Magnum. São Paulo. 1997;
LIMA, João Cavalim de. Atividade Policial e Confronto Armado. Curitiba: Juruá, 2005;
MINAS GERAIS. PMMG Manual de Prática Policial – Volume I, Belo Horizonte, 2002;
SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000;
ONU, Princípios Básico de Uso da Força e Armas de Fogo – PBUFAF;
ONU, Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	213910-3	José Oliveira Silvestre Júnior

DISCIPLINA 11
DEFESA PESSOAL POLICIAL

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento e domínio sobre técnicas de defesa pessoal policial e táticas de imobilizações, necessárias à preservação da integridade física de terceiros e do policial no exercício legal de suas atribuições, em estrita observação e respeito aos princípios que norteiam a cidadania e os direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Técnicas de saída de pegada no punho;
2. Técnicas de saída de pegada no punho com imobilização;
3. Técnicas de imobilização e condução: chave de ombro; chave de punho; chave de cotovelo; chave de punho para trás;
4. Defesa contra agarramento: saída contra agarramento pela frente por cima dos braços; saída contra agarramento pela frente por baixo dos braços; saída contra agarramento por trás por cima dos braços; saída contra agarramento por trás por baixo dos braços;
5. Defesa contra agarramento: saída contra esganadura; saída contra gravata lateral;
6. Defesa contra golpes contundentes: defesa contra chute frontal; defesa contra chute lateral; defesa contra soco frontal; defesa contra soco lateral;
7. Defesa contra agressão com armas: defesa contra agressão com faca por cima (descendente); defesa contra agressão com faca por baixo (ascendente); defesa contra agressão com faca no tórax; defesa contra agressão com faca lateral (circular); defesa contra agressão com arma de fogo apontada no tórax; defesa contra agressão com arma de fogo apontada no cabeça; defesa contra agressão com arma de fogo apontada nas costas; defesa com tomada antecipada ao saque, contra agressão com arma de fogo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Apostila Defesa Pessoal - SENASP (Academia de Polícia de Alagoas);
CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), *Manual de ataque e defesa*. Belo Horizonte;
DUNCAN, Oswaldo. (1979), *Judô katas*, Rio de Janeiro, Tecnoprint;
LASSERRE, Robert. *Atemis e jiu-jitsu*. São Paulo, Mestre Jou;
ROBERT, Luis. (1968), *O judô*. 4. ed. Portugal, Editorial Noticias;
SHIODA, Gozo. (1991), *Dinamicaikido*. 15. ed. Tóquio, Kodansha Internacional;
TOHEI, Koichi. (1977), *Aikido y autodefesa*. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Glem.UESSHIBA;
KISSHOMARU. (1990), *Sikido: la pratica*. Madri, Editorial Eyra.

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Delegado	191755-2	Bruno Caaete Chacon
Comissário	151698-1	Harlan de Andrade Barcelos

DISCIPLINA 12
ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO
Carga Horária: 60 horas

EMENTA: Instrução tática e técnica dos policiais com os principais armamentos utilizados pela instituição, bem como os princípios de montagem e desmontagem de armamentos e os conceitos do tiro policial propriamente dito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico e evolução das armas de fogo. Especificidade de uso na função policial e suas responsabilidades. Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública;
2. Apresentar os principais conceitos, a classificação dos armamentos, os processos de disparo e sistemas de funcionamento. Apresentar as munições utilizadas pela instituição. Apresentar as noções gerais sobre balística. Realizar a Iniciação ao tiro policial. Definir as condutas e segurança na prática do tiro. Apresentar as características do tiro policial; Apresentar e executar os fundamentos do tiro policial;
3. Apresentação dos armamentos. Características. Mecanismos de segurança. Funcionamento. Munição utilizada. Emprego operacional. Apresentação do EPI;
4. Inspeção Preliminar. Montagem e Desmontagem (teoria e prática);
5. Manejo. Manutenção e Guarda;
6. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com Pistola. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Pt / Pt backup). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos;
7. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com MT .40. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Mt/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com a Espingarda Cal. 12. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Esp. 12/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. **Iniciação ao tiro no STAND (Procedimentos e condutas de segurança).**
8. Avaliação prática de montagem e desmontagem da PT 840.
9. Avaliação prática de manejo com os seguintes armamentos: PT 840, Mt Cal. .40 e Espingarda Cal. 12.
10. Realizar **50 disparos** com a PT .40.
11. Realizar **30 disparos** com a MT .40.
12. Realizar **12 disparos** com a Espingarda Cal. 12.
13. Efetuar **20 disparos** de precisão para treino com a PT .40.
14. Avaliação de tiro de precisão com a PT .40, com **10 disparos**.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial. Capitão, PMPE; Coleção Armas Ligeiras de Fogo. Editora Del Prado.1996; ONU. Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei; GIRALDI, Nilson. Manual "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida" – 513 – Manual da Pistola Semi-automática .40 S&W. São Paulo; GIRALDI, Nilson. DVD "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método GiralDI". São Paulo; Portaria do Comando Geral da PMPE – Regulamenta para armas:

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

http://www2.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13029&folderId=91751&name=DLFE-9890.pdf

Lei nº10.826/2003 – Estatuto do desarmamento: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm;

Decreto nº 4,123/2004 – Regulamenta o registro e o porte de Armas: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5123.htm.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Agente	319738-7	José Carlos Costa Andrade
Comissário	126677-2	Maria Edilene de Siqueira Barreto

FORMAÇÃO TÉCNICO-ESPECIALIZADA

Carga Horária: 362 horas

DISCIPLINA 13 FUNDAMENTOS DA TRAUMATOLOGIA FORENSE

Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Conceito. Fundamentos da Traumatologia Forense. Lesões Corporais. Energias de ordens vulnerantes: ação mecânica, ação física, ação química, ação físico-química, ação bioquímica, ação mista. Sistema informatizado GDL – IMLAPC para o registro de perícias médico-legais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Apresentação da estrutura física da Clínica Médico-Legal (Setor de traumatologia Forense do IMLAPC);
2. Fundamentos das Lesões corporais sob o ponto de vista jurídico: Dano corporal de natureza penal: Conceito, Legislação aplicada. Classificação. Lesões corporais dolosas. Lesões corporais culposas. Lesões corporais seguidas de morte. Lesões no feto. Perícia. Exame complementar;
3. Explanação prática dos fundamentos de todos os documentos médico-legais elaborados e utilizados no âmbito do IMLAPC e sobre o seu correto preenchimento;
4. Fundamentos das Energias vulnerantes de ordem mecânica e física;
5. Fundamentos das Energias vulnerantes de ordem química e físico-química;
6. Fundamentos das Energias vulnerantes de ordem bioquímica, biodinâmica e ação mista;
7. Uso do sistema informatizado GDL – IMLAPC para o registro de perícias médico-legais na Clínica Médico-Legal (Setor de traumatologia Forense) e uso e registro de laudos do IMLAPC no SIGEPE (módulos 01 e 02).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. *et al.* (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.
 CROCE, D; CROCE JÚNIOR, D. Manual de Medicina Legal. 8. ed., 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012. 864 p.
 FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.
 FRANÇA, GV. Medicina legal. 10. ed., reimpr. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015. 694 p.
 GRECO, Rogério. Medicina legal: à luz do direito penal e direito processual penal / Rogério Greco, William Douglas. -- Niterói: Impetus, 2016. 322 p.
 HERCULES, H. C. (2014), *Medicina Legal Texto e Atlas*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2014. 776 p.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Médico Legista	191.716-1	Rui Behar Torres
Médica Legista	209.495-4	Ana Cristina de Pinto Monteiro

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

DISCIPLINA 14 FOTOGRAFIA FORENSE Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimento sobre fotografia forense em local de ocorrência e ambiente restrito, expondo o objeto e a dinâmica do evento em foco para visualização e compreensão da análise narrativa contida no corpo do laudo pericial. Emprego de objetos de medição e formas de localização para assegurar com precisão todos os dados possíveis para uma futura reprodução simulada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. História da Fotografia;
2. Tipos de câmeras;
3. Principais componentes;
4. Acessórios;
5. Luz e cores;
6. Distância focal e ângulo de Visão;
7. Obturador e diafragma;
8. Foco e exposição fotográfica;
9. Foto Forense.
10. Local de acidente; local de morte violenta; local de incêndio; local de crime ambiental e outras ocorrências.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

HEDGECOE, J.e VAN DER MEER, R. A Câmera Fotográfica em Ação – Edições Siciliano: 1988
ALMEIDA, H. (Coordenador editorial). Fotografia Digital – Editora Digtati
Fotografia Digital uma arte sem mistério – Editora Escala

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Comissário	153.040-2	José Paulo Barbosa de Oliveira

DISCIPLINA 15 FUNDAMENTOS DA ANATOMIA PATOLÓGICA Carga Horária: 30 horas

EMENTA: Fundamentos da Anatomia Patológica e das alterações observadas no exame macroscópico dos diversos aparelhos e sistemas orgânicos. Estudo das técnicas de necropsias para abertura de cavidades corporais, coleta de materiais biológicos e preservação da cadeia de custódia no Setor de tanatologia Forense do IMLAPC. Apresentação da estrutura física do Setor de Anatomia Patológica do IMLAPC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Princípios dos processos patológicos gerais: conceitos, edema, inflamação, resposta sistêmica ao trauma, reações vitais;
2. Apresentação da estrutura física do Setor de Anatomia Patológica do IMLAPC. Princípios e técnicas do exame necroscópico em anatomia-patológica. Técnica de abertura das cavidades. Técnicas de dissecação de órgãos e sistemas;
3. Exame externo e interno do cadáver;
4. Fundamentos de aspectos morfológicos macroscópicos: Patologia do coração e grandes vasos; Patologia pulmonar;
5. Fundamentos de aspectos morfológicos macroscópicos: Patologia hepática; Patologia das vias biliares extra-hepáticas e do pâncreas; Patologia gastro-intestinal;
6. Fundamentos de aspectos morfológicos macroscópicos: Patologia renal; desnutrição e distúrbio hidro-eletrolítico; Patologia do SNC;
7. Fundamentos de aspectos morfológicos macroscópicos: Patologia feto-placentária;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

8. Fundamentos de aspectos morfológicos macroscópicos: Patologia feto-placentária. Patologia do aparelho reprodutor masculino e feminino.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- FRANCO, Marcello (... et al.). Patologia: processos gerais. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 331 p. (Biblioteca biomédica)
- KUMAR, Vinay (Et al.). Robbins e Cotran patologia: bases patológicas das doenças. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 1458 p.
- MITCHELL, Richard N. (Et al.). Robbins & Cotran fundamentos de patologia. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, c2012. 699 p.
- BEVILACQUA, Fernando; BENSOUSSAN, Eddy; SILVA, José Manoel Jansen; CASTRO, Fernando Spínola e; CARVALHAES, Léo Pinto. Fisiopatologia clínica. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1998. 646 p.
- BRASILEIRO FILHO, Geraldo (Ed.). Bogliolo, patologia. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2011. 1501 p.
- COMPTON, Carolyn C. Patologia estrutural e funcional: perguntas e respostas. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1991. 215 p.
- KISSANE, John M. Patologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982. 2 v.
- KUMAR, Vinay; COTRAN, Ramzi S.; ROBBINS, Stanley L. Patologia básica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994. 608 p.
- KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul K; FAUSTO, Nelson; ROBBINS, Stanley L. (Ed.). Robbins and Cotran pathologic basis of disease. 7th ed. Philadelphia: Elsevier Saunders, c2005. 1525 p.
- RUBIN, Emanuel (Ed.). Rubin patologia: bases clinicopatológicas da medicina. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 1625 p.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Médica Legista	209.618-8	Adriana Gomes Ferreira
Médica Legista	364.193-7	Maria Alice Trindade Henriques de Meira Lins

DISCIPLINA 16
FUNDAMENTOS DE CRIMINALÍSTICA
Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos acerca da criminalística, com abordagens temáticas sobre ciências forenses e perícia criminal, objetivando a reprodução de conhecimentos necessários para o embasamento técnico e legal quanto à realização de perícia criminal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Principais Conceitos de Ciências Forenses, Criminalística, Perícia Criminal;
2. Estado da Arte da Polícia Científica do Estado de Pernambuco;
3. A Perícia Cível e Criminal. Objetivos Principais da Perícia Criminal. Vestígio, Evidência e Indício;
4. A Perícia Criminal no Contexto da Legislação Brasileira. O Laudo Pericial;
5. O local de crime e suas interfaces: Conceito de crime. Evolução do crime de homicídio no Brasil;
6. O papel central da perícia criminal na resolução de crimes: desafios a vencer;
7. Definição e classificação dos locais de crime. O local como fonte de informação. Teoria dos vestígios. Vestígios e indícios. Cadeia de Custódia;
8. Propósito da investigação em locais de crime. Locais de interesse da polícia;
9. Isolamento e Preservação de Locais de Crime;
10. O Papel dos auxiliares de perícia no local de crime. Preparação. Chegada ao local. Busca inicial de vestígios. Busca completa. Documentação do local. Coleta de vestígios;
11. A perícia em locais de crimes: Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a vida. Ocorrência de trânsito;
12. O Papel dos auxiliares de perícia durante o processamento de uma Reprodução Simulada do Crime e de uma perícia em Engenharia Legal;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

13. O Papel dos auxiliares de perícia durante o processamento de perícias internas. Balística Forense. Informática Forense. Perícias em Registros Audiovisuais e Fonética Forense;
14. Documentoscopia. Contabilidade Forense. Química Forense. Toxicologia Forense;
15. Biologia Forense: Hematologia, Tricologia, Entomologia, Botânica Forense, Perícia Ambiental. Genética Forense.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 12ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 85-02-05002-8.
- CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, com as modificações das Leis nº 8.862, de 28 de março de 1994, e Lei nº 11.690, de 10 de junho de 2008.
- CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e legislações complementares.
- ARANHA FILHO, Adalberto José Q. T de Camargo. Da prova no processo penal. 4ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1996.
- BRASIL, Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009. Disponível em [HTTP://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm).
- CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DE 1969 (Pacto de San Jose da Costa Rica). Disponível em: [HTTP://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm](http://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm).
- VELHO, J.A; GEISER, G.C. ESPINDULA, A. Ciências Forenses; Uma introdução às principais áreas da Criminalística Moderna. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.
- VELHO, J.A; COSTA. K.A. DAMASCENO, C.T.M. Locais de Crime: dos vestígios à dinâmica criminosa. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.
- CAVALCANTI, Ascendino. Criminalística Básica. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto, 1995.
- CABRAL, Alberto Franqueira. Manual da Prova Pericial. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2003, 400p.
- DA CUNHA, Paulo Benedito. Doutrina da Criminalística Brasileira. São Paulo: Editora Atenienese, 1987, 153p.
- FERREIRA, Luiz Alexandre Cruz. Falso Testemunho e Falsa Perícia. Campinas: Millennium Editora, 2006, 203p.
- ESPINDULA, Alberi. Perícia Criminal e Cível. 3ª Ed. Campinas: Millennium Editora, 2009.
- FACHONE, Patrícia de Cássia Valério. Ciência e Justiça: a institucionalização da Ciência Forense no Brasil. Campinas, SP, 2008. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.
- PORTO, G. Manual de Criminalística. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo – Coletânea Acácio Nogueira, 1960.
- RABELLO, E. Curso de Criminalística. São Paulo: sugestão de programas para as faculdades de direito. Porto Alegre, Sagra – D C Luzzato, 1996.
- ZARZUELA, J.L. Temas Fundamentais de Criminalística. Porto Alegre: Sagra – Luzzato, 1996.
- DAMASCENO, C.T.M. Apostila de Locais de Crime. 2ª Ed. Brasília: ANP (Academia Nacional de Polícia), 2007.
- HOUCK, M. M.& SIEGEL, J.A. Fundamental of Forensic Science. 2ª Ed. Burlington: Editora Academic Press, 2011.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perita Criminal	209.300-6	Sandra Maria dos Santos

DISCIPLINA 17
FUNDAMENTOS DA GENÉTICA FORENSE

Carga Horária: 20 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos acerca da genética para o âmbito forense com abordagens temáticas dentro da Biologia Molecular e DNA Criminal, para reprodução de conhecimentos necessários à coleta de amostras biológicas, solicitação, interpretação e tramitações legais que são necessários à realização de testes de DNA para fins de identificação forense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Biologia Molecular: Genes, cromossomos e genomas;
2. Estrutura e Função de Nucleotídeos e Ácidos Nucléicos;
3. Transcrição e processamento de RNA;
4. Regulação do ciclo celular;
5. DNA Criminal: Vestígios Biológicos;
6. Particularidades dos procedimentos técnicos para análise de DNA criminal: Extração, Quantificação, Amplificação e Genotipagem;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

7. Particularidades dos procedimentos técnicos para análise de DNA criminal: Extração, Quantificação e Amplificação;
8. Particularidades dos procedimentos técnicos para análise de DNA criminal: Genotipagem, Estatística e Laudo;
9. Normas para cadeia de custódia;
10. Normas para coleta de amostras;
11. Normas para acondicionamento e preservação de amostras;
12. Banco de dados de Perfis genéticos – RIBPG e CODIS.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BUTLER, JM. (2005), *Forensic DNA Typing*. Burlington, Elsevier Academic Press.

SENASP. Padronização de Exames de DNA em Perícias Criminais. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/padroniza__o__exames.pdf>

SILVA, L.A.F.; PASSOS, N. S. (2002), *DNA Forense: Coleta de Amostras Biológicas em Locais de Crime para Estudo do DNA*. Maceió: UFAL.

SNUSTAD, DP.P.; SIMMONS, M.J. (2001), *Fundamentos de Genética*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan S.A.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Criminal	209.299-9	Carlos Antônio de Souza

DISCIPLINA 18 FUNDAMENTOS DE MEDICINA LEGAL FORENSE

Carga Horária: 36 horas

EMENTA: Fundamentos e Conceito Medicina Legal: Aplicação nos diversos ramos do direito na área administrativa e forense. Medicina Legal e Criminalística. Fundamentos de corpo de delito e da cadeia de custódia de evidências. Identificação correta de toda a estrutura de apoio para o adequado funcionamento da atividade médico-legal no âmbito do IMLAPC. Sistema informatizado GDL – IMLAPC para o registro de perícias médico-legais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Medicina Legal: Aplicação nos diversos ramos do direito na área administrativa e forense. Medicina Legal e Criminalística. Perícias: Importância da prova; Valor racional da prova; Noções de corpo de delito; Presença dos advogados em locais de exames; Cadeia de custódia de evidências;
2. Atuação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, nos diversos setores do IMLAPC - ênfase no Setor de Recepção da Clínica Médico-Legal;
3. Atuação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, nos diversos setores do IMLAPC - ênfase no Setor de Tanatologia Forense;
4. Atuação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, nos diversos setores do IMLAPC - ênfase no Setor de Sexologia Forense;
5. Atuação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, nos diversos setores do IMLAPC - ênfase no Setor de Protocolo e também de registro de projéteis;
6. Atuação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, nos diversos setores do IMLAPC - ênfase no Setor de Almojarifado;
7. Atuação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, nos diversos setores do IMLAPC - ênfase no Setor de Digitação;
8. Atuação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, nos diversos setores do IMLAPC - ênfase nos Setores Administrativos do IMLAPC;
9. Capacitação do Auxiliar de Legista, dentro dos limites de sua competência, no âmbito da medicina legal, quanto ao uso e registro de laudos do IMLAPC no SIGEPE e quanto ao Sistema informatizado GDL – IMLAPC para o registro de perícias médico-legais (Módulos 01 e 02).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. *et al.* (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.

CROCE, D; CROCE JÚNIOR, D. *Manual de Medicina Legal*. 8. ed., 2.tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012. 864 p.

FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

FRANÇA, GV. Medicina legal. 10. ed., reimpr. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015. 694 p.

GRECO, Rogério. Medicina legal: à luz do direito penal e direito processual penal / Rogério Greco, William Douglas. -- Niterói : Impetus, 2016. 322 p.

HERCULES, H. C. (2014), *Medicina Legal Texto e Atlas*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2014.776 p.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Médico Legista	209.564-5	Marcel Roland Ciro da Penha

DISCIPLINA 19
FUNDAMENTOS DE SEXOLOGIA FORENSE

Carga Horaria: 30 horas

EMENTA: Violência sexual, aspectos históricos, culturais, conceitos, classificação, formas de apresentação, diagnóstico, clínico, laboratorial e diagnóstico diferencial. Realizar de forma adequada uma entrevista médico legal em crianças, adolescentes mulheres e idosos. Prática pericial eficiente e com qualidade nas possíveis vítimas de crimes contra a dignidade sexual. Estupro + Atentado Violento ao Pudor = Estupro, lei 12.015 de 2009, uma visão do século XXI. Corrupção de menores atentado ao pudor, abortamento, contágio venéreo, verificação de gravidez. Aspectos legais da Gravidez, Aborto, Parto e Puerpério. Respostas aos Quesitos legais. Encaminhamento ao atendimento especializado das vítimas de violência. Estupro de vulnerável. A prática pericial nos crimes contra a dignidade sexual. Aspectos práticos da Lei Maria da Penha.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fundamentos de Violência sexual, aspectos históricos, culturais, conceitos, classificação, formas de apresentação, diagnóstico, clínico, laboratorial e diagnóstico diferencial;
2. Fundamentos da Legislação aplicada aos crimes contra a dignidade sexual e as modificações introduzidas pela Lei nº 12.015, de 2009;
3. Apresentação da estrutura física da Clínica Médico-Legal (Setor de Sexologia Forense do IMLAPC). Explicação prática de todos os documentos médico-legais elaborados e utilizados na atividade prática da Sexologia Forense do IMLAPC e sobre o seu correto preenchimento. Fundamentos do Encaminhamento ao atendimento especializado das vítimas de violência. Estupro de vulnerável. A prática pericial nos crimes contra a dignidade sexual. Aspectos práticos da Lei Maria da Penha;
4. Uso do sistema informatizado GDL – IMLAPC para o registro de perícias médico-legais e Treinamento prático para auxiliar o médico-legista na realização de Perícias Sexológicas realizadas no IMLAPC (módulo 01, 02, 03 e 04);
5. A realização do atendimento de mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual no Hospital da Mulher do Recife.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. *et al.* (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.

CROCE, D; CROCE JÚNIOR, D. Manual de Medicina Legal. 8. Ed., 2.tiragem. São Paulo:Saraiva,2012. 864 p.

FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.

FRANÇA, GV. Medicina legal. 10. ed., reimpr. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015. 694 p.

GRECO, Rogério. Medicina legal: à luz do direito penal e direito processual penal / Rogério Greco, William Douglas. -- Niterói: Impetus, 2016. 322 p.

HERCULES, H. C. (2014), *Medicina Legal Texto e Atlas*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2014.776 p.

Lei 12.015 de 2009 – Crimes contra a dignidade sexual.

Código Penal Brasileiro.

Código de Processo Penal Brasileiro.

Lei Maria da Penha.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Médica Legista	191.722-6	Lillian Christyne de Oliveira Arruda

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS**DISCIPLINA 20
FUNDAMENTOS DE TANATOLOGIA FORENSE**

Carga Horaria: 40 horas

EMENTA: Fundamentos da Necropsia, sinais de morte, declaração de óbito e exumação. Estudo das técnicas de necropsias para abertura de cavidades corporais, coleta de materiais biológicos e preservação da cadeia de custódia no Setor de tanatologia Forense do IMLAPC para auxiliar o médico-legista no cumprimento das etapas do exame médico-pericial tanatoscópico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fundamentos da Necropsia. Noções de Verificação e certificação da morte. Noções de Sinais de morte. Noções de Morte natural e morte violenta. Fundamentos do Diagnóstico médico-legal: Suicídio, Homicídio;
2. Fundamentos da Morte súbita, infanticídio, morte por asfixias, por agentes físicos e químicos. Ferimentos por armas de fogo, álcool, acidentes de viação, morte em caso de crimes sexuais, relatório de autópsia médico-legal e exames complementares. Fundamentos da Declaração de Óbito;
3. Fundamentos da Exumação: Finalidade e técnica. Modelo de um auto de exumação e reconhecimento. Fundamentos Necropsia pós-exumação;
4. Apresentação da estrutura física do Setor de Tanatologia Forense do IMLAPC. Princípios e técnicas do exame necroscópico em Tanatologia Forense. Técnica de abertura das cavidades. Técnicas de dissecação de órgãos e sistemas;
5. Fundamentos do Exame externo e interno do cadáver;
6. Treinamento prático para realização de técnicas de necropsias para abertura de cavidades corporais, coleta de materiais biológicos e preservação da cadeia de custódia no Setor de tanatologia Forense do IMLAPC (módulos 01, 02, 03, 04 e 05).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. *et al.* (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.
CROCE, D; CROCE JÚNIOR, D. Manual de Medicina Legal. 8. ed., 2.tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012. 864 p.
FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.
FRANÇA, GV. Medicina legal. 10. ed., reimpr. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015. 694 p.
GRECO, Rogério. Medicina legal: à luz do direito penal e direito processual penal / Rogério Greco, William Douglas. -- Niterói: Impetus, 2016. 322 p.
HERCULES, H. C. (2014), *Medicina Legal Texto e Atlas*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2014. 776 p.
Código Penal Brasileiro
Código de Processo Penal Brasileiro.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Auxiliar de Legista	296.500-3	Hermógenes F. de A. Neto

**DISCIPLINA 21
FUNDAMENTOS DA BIOLOGIA, QUÍMICA E TOXICOLOGIA APLICADOS A LABORATÓRIO FORENSE**

Carga Horaria: 20 horas

EMENTA: Introdução à Química Forense; Drogas de abuso; Resíduos de disparos de arma de fogo; Laboratório de Química Forense; Introdução à Biologia Forense; Acondicionamento, transporte e armazenagem de amostras biológicas; Identificação de fluidos biológicos; Laboratório de Biologia Forense; Introdução à Toxicologia Forense; Identificação de Drogas em Urina; Laboratório de Toxicologia Forense.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à Química Forense;
2. Drogas de abuso;
3. Resíduos de disparos de arma de fogo;

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

4. Laboratório de Química Forense;
5. Introdução à Biologia Forense;
6. Acondicionamento, transporte e armazenagem de amostras biológicas I;
7. Identificação de fluidos biológicos;
8. Laboratório de Biologia Forense;
9. Introdução à Toxicologia Forense;
10. Acondicionamento, transporte e armazenagem de amostras biológicas II;
11. Identificação de Drogas em Urina;
12. Laboratório de Toxicologia Forense.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MONTEIRO_FILHO, C.F.P. Fundamentos da Biologia, Química e Toxicologia aplicados a Laboratório Forense. Recife, 2016. Apostila.

BRUNI, T. B.; VELHO, J. A.; OLIVEIRA, M. F. Fundamentos de Química Forense: Uma análise prática da química que soluciona crimes. Campinas: Millennium, 2012.

PASSAGLI, M. F. Toxicologia Forense: Teoria e Prática. 3ª Edição. Campinas: Millennium, 2013.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Criminal	296.211-0	Carlos Fernando Fernando Pessoa

DISCIPLINA 22 TÉCNICA DE NECRÓPSIA Carga Horária: 40 horas

EMENTA: Necropsia. Técnicas de necropsias em vítimas de lesões ocasionadas por energias mecânicas, físicas, químicas, físico-químicas e biodinâmicas. Sistema informatizado GDL – IMLAPC para o adequado funcionamento da atividade médico-legal no âmbito do IMLAPC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Técnicas de necropsias em vítimas de lesões ocasionadas por energias mecânicas, físicas, químicas, físico-químicas e biodinâmicas (Módulos 01, 02, 03, 04 e 05);
2. Técnicas de necropsias em casos de cadáveres putrefeitos (Módulo 01, 02 e 03);
3. Técnicas de necropsias em casos de exumação;
4. Técnicas de necropsias em casos de desastres em Massa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. *et al.* (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.

CROCE, D; CROCE JÚNIOR, D. Manual de Medicina Legal. 8. ed., 2.tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012. 864 p.

FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.

FRANÇA, GV. Medicina legal. 10. ed., reimpr. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015. 694 p.

GRECO, Rogério. Medicina legal: à luz do direito penal e direito processual penal / Rogério Greco, William Douglas. -- Niterói : Impetus, 2016. 322 p.

HERCULES, H. C. (2014), *Medicina Legal Texto e Atlas*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2014.776 p.

Código Penal Brasileiro

Código de Processo Penal Brasileiro.

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Médico Legista	192.509-1	Anibal Augusto Bem de Aguiar
Auxiliar de Legista	296.500-3	Hermógenes F. de A. Neto

DISCIPLINA 23
GESTÃO DA QUALIDADE E CADEIA DE CUSTÓDIA
Carga Horária: 14 horas

EMENTA: Conhecimentos básicos sobre a gestão de qualidade a se aplicar na área forense, com respeito às normas e procedimentos pré-estabelecidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos Princípios e Evolução da Qualidade;
2. A qualidade no serviço público;
3. Ferramentas de gestão da Qualidade;
4. As normas da Gestão da Qualidade;
5. Os Procedimentos Operacionais – POP'S;
6. A Cadeia de Custódia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Acreditação de Organismos de Inspeção (ABNT NBR ISO/IEC 17020:2006) Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/definicaoAvalConformidade.asp>> Acesso em 2011.10.20.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9001:2000; Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO/IEC 17025: Requisitos gerais para a competência de laboratório de ensaio e calibração. Rio de Janeiro, 2006.

Avaliação da Conformidade. INMETRO. Diretoria da Qualidade: 5ª Ed. Rio de Janeiro, 2007.

ALVES, Marcelo Lima, SILVA, Luis Roberto Oliveira da; O Desenvolvimento da Acreditação de Laboratórios na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade e os seus principais desafios. EQUALAB – Encontro para a Qualidade de Laboratórios – Rede Metrológica do Estado de São Paulo REMESP, 07 a 09 jun. 2005, São Paulo. Disponível em: <www.grupocalibracao.com.br/download.aspx> acesso em: 09 ago. 2009.

Avaliação da Conformidade. INMETRO. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/definicaoAvalConformidade.asp> Acesso em 2011.10.20.

BARACAT, Claudine de Campos. A padronização de procedimentos em local de crime e de sinistro – sua importância e normatização. Disponível em: <www.seguranca.mt.gov.br/politec/3c/artigos/materia_padronizacao_procedimentos.doc> Acesso em 20.out.2011.

Conscientização sobre o local de crime e as evidências materiais em especial para pessoal não-forense, Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes, Nova York, 2010, edição especial do manual português adaptada para o Brasil. Adaptação, que consiste de comentários somados como notas de rodapé, preparada pelo Ministério da Justiça do Brasil. Coordenação de Perícia Forense – Ministério da Justiça.

DIAS, José Luciano de Mattos; Medida Normalização e Qualidade - Aspectos da história da metrologia no Brasil. INMETRO: Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1998.

FILHO, Claudemir Rodrigues Dias, Cadeia de custódia: do local de crime ao trânsito em julgado; do vestígio à evidência. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/27896611/Cadeia-de-custodia-do-local-de-crime-ao-transito-em-julgado-do-vestigio-a-evidencia> Acesso em 20.out.2011.

Guia para Elaboração – Manual da Qualidade para Laboratório. 3ª ed. rev. ampl. Rede de Tecnologia; Rio Metrologia. Rio de Janeiro, 2008.

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

Guia para a aplicação da ISO/IEC 17020, IPAC Acreditação, Disponível em: <<http://www.ipac.pt/docs/publicdocs/regras/OGC006.pdf>> Acesso em 20 out. 2011.

ISO 9001:2000 – Certificar ou não Certificar – SENAI. INMETRO, Diretoria da Qualidade; 4ª Ed.: Montandon& Dias Comunicações e Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2008.

JÚNIOR, MILTON ANTONNO DA SILVA. Gestão da Qualidade e Cadeia de Custódia. Academia Integrada de Defesa Social, Curso de formação de Peritos Criminais. Recife, 2016, Apostila.

KRAVCHYCHYN, L, & JACOB, A. V. et ali; Implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade conforme a Norma ABNT ISO 9001:2000 no Laboratório de Controle de Processos do Departamento de Engenharia Química e de Alimentos da Universidade Federal da Santa Catarina (LCP-EQA-UFSC). ENEGEP. Fortaleza, 2006.

LIRA, Francisco Adval: Metrologia na indústria. Editora Erica Ltda. São Paulo, 2010.

MAGALHÃES, João Gabriel; Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade para Laboratório de Metrologia de acordo com a NBR ISO/IEC 17025:2005. Universidade Federal de Itajubá – Instituto de Engenharia de Produção e Gestão. XXIV ENEGEP, Fortaleza - Ceara, 9 a 11 Out. 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR470322_7791.pdf>. Acesso em 27 jul. 2009.

MARQUES, L; Acreditação de laboratórios: um desafio na Brasil. Revista Metrologia & Instrumentação. Ano 5, n. 40, p.34-39, 2006.

MELLO, Carlos Henrique Pereira; Gestão da Qualidade. Pearson Education do Brasil. São Paulo, 2011.

OLIVARES, Igor Renato Berton; Gestão de Qualidade em Laboratórios. Minicursos CRQ-IV, 2008 – Conselho Regional de Química IV região. São Paulo. Livro da Editora Átomo, 2006, p.101. Disponível em < www.qualilab.org >. Acesso em: 25 jul. 2009.

QUADRO Geral de Unidade de Medida: Resolução CONMETRO, n. 12/88, 4ª Ed. INMETRO / SENAI / DN – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.

REGULAMENTAÇÃO Metrológica: Resolução CONMETRO, 3ª Ed. N.11/88 INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: SENAI Artes gráficas. Rio de Janeiro, 2007.

ROSEMBER, Felix Júlio; SILVA, Ana Beatriz; Sistemas de Qualidade em Laboratórios de Ensaio. 1ª Ed.: Editora Qualitmark. São Paulo, 2000.

TOCCHETTO, Domingos e Espindula, Alberi. Criminalística procedimentos e metodologias, 1ª Porta Alegre, 2005.

VOCABULÁRIO Internacional de termos fundamentais e gerais de metrologia: portaria INMETRO n. 029, 1995, 5ª Ed. INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.

VOCABULÁRIO Internacional de termos de metrologia legal: portaria INMETRO n. 163, 06.set.2005, 5ª Ed. INMETRO, SENAI – Departamento Nacional: Ed. SENAI. Rio de Janeiro, 2007.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Perito Criminal	209.406-1	Milton Antonio da Silva Junior

DISCIPLINA 24
GESTÃO POR RESULTADOS E PACTO PELA VIDA

Carga Horária: 08 horas

EMENTA: Conhecimentos relativos à nova visão da administração pública focada na gestão por resultados, otimizando os processos e implantando ações efetivas na busca das diretrizes organizacionais e metas públicas com foco no Pacto pela Vida em Pernambuco.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Fundamentos teóricos e aplicações práticas da Gestão por Resultados na Administração Pública.
2. Ferramentas de Gestão por Resultados nas organizações governamentais.
3. Etapas de implantação da Gestão por Resultados
 - 3.1. Indicadores de desempenho;
 - 3.2. Pressupostos e construções;
 - 3.3. Construção e alinhamento da missão, visão e objetivos. Conceitos e definições de indicadores de desempenho e sistema organizacional

Edital nº 024/2017 - ACIDES/SDS

- 3.4. Visão da Gestão por Resultados na Administração Pública Brasileira e Pernambucana; - - Gestão de resultados com foco em indicadores –
4. Indicadores de Qualidade;
 5. Indicadores de Produtividade;
 6. Indicadores de capacidade -Macro-indicadores;
 7. Análise crítica dos indicadores.
 8. Pacto pela Vida: Política Pública de Segurança

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

9. TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.
10. UNESCO. Um Caminho para o Brasil no século XXI. Brasília: Instituto de Política, 2002.
11. PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (PACTO PELA VIDA)

CONTEUDISTA	MATRICULA	CARGO
José Mauricio Tavares Filho	Major PM	930300-0

DISCIPLINA 25
PRÁTICA FORENSE
Carga Horária: 54 horas

EMENTA: Técnicas de Necropsia. Realização supervisionada de todas as atividades que sejam atribuição e competência do Auxiliar de Legista no âmbito das práticas periciais de Clínica Médico-Legal (Traumatologia e Sexologia Forenses).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Técnicas de Necropsia (Módulo 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09). Realização supervisionada de todas as atividades que sejam atribuição e competência do Auxiliar de Legista no âmbito das práticas periciais de Necropsia Médico-Legal do Setor de Tanatologia Forense do IMLAPC, tanto na sede como nas suas unidades regionais do interior do Estado;
2. Clínica Médico-Legal. Traumatologia Forense (Módulo 01, 02 e 03). Realização supervisionada de todas as atividades que sejam atribuição e competência do Auxiliar de Legista no âmbito das práticas periciais de Clínica Médico-Legal (Traumatologia Forense) do IMLAPC, tanto na sede como nas suas unidades regionais do interior do Estado, englobando todos os conceitos práticos das atividades periciais desse Setor;
3. Clínica Médico-Legal. Sexologia Forense (Módulo 01, 02 e 03) Realização supervisionada de todas as atividades que sejam atribuição e competência do Auxiliar de Legista no âmbito das práticas periciais de Clínica Médico-Legal (Sexologia Forense) do IMLAPC, tanto na sede como nas suas unidades regionais do interior do Estado, englobando todos os conceitos práticos das atividades periciais desse Setor;

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. *et al.* (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.

CROCE, D; CROCE JÚNIOR, D. Manual de Medicina Legal. 8. ed., 2.tiragem. São Paulo: Saraiva, 2012. 864 p.

FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.

FRANÇA, GV. Medicina legal. 10. ed., reimpr. São Paulo: Guanabara Koogan, 2015. 694 p.

GRECO, Rogério. Medicina legal: à luz do direito penal e direito processual penal / Rogério Greco, William Douglas. -- Niterói: Impetus, 2016. 322 p.

HERCULES, H. C. (2014), *Medicina Legal Texto e Atlas*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2014.776 p.

Código Penal Brasileiro.

Código de Processo Penal Brasileiro.

Conteudista		
Cargo	Matrícula	Nome
Médico Legista	192.509-1	Anibal Augusto Bem de Aguiar
Auxiliar de Legista	296.500-3	Hermógenes F. de A. Neto